

CONSTITUINTE

Sessão dura apenas trinta minutos

Somente 59 dos 559 constituintes compareceram na manhã de ontem à sessão da Assembleia Nacional Constituinte, que durou 30 minutos, tempo suficiente para que alguns levantassem questões de ordem, pedindo a suspensão dos trabalhos por falta de quórum, e para comunicações no “pinga-fogo”, principalmente para protestar contra a possível prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores.

O número de ausentes (quinhentos constituintes) tornou-se mais evidente depois que foi articulada a “greve” dos parlamentares assíduos, em protesto pela ausência diária da maioria dos constituintes, o

que não permitiu nenhuma votação desde a chamada “superterça”, no dia 22, quando foram definidos o sistema presidencialista de governo e os cinco anos de mandato para os sucessores do presidente José Sarney.

Para o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) nem mesmo deveria ter acontecido a sessão de ontem de manhã, pela absoluta falta de quórum: às 9 horas, quando a sessão foi aberta,

estavam no plenário cerca de dez constituintes, e ele pediu que a sessão fosse encerrada. O presidente da sessão, senador Mauro Benedito (PMDB-CE), ponderou que a chamada de quórum seria às 9,30 horas, o que daria tempo para que muitos constituintes comparecessem ao plenário.

Alguns parlamentares fizeram uso, segundo a EBN, da palavra, a maioria pedindo para que o discurso fosse dado como lido (o

parlamentar encaminha, sem ler, o discurso para que ele conste dos anais da Constituinte), mas os deputados Adilson Mota (PDS-RS), Chico Humberto (PDT-MG) e Erico Pegoraro (PFL-RS) chegaram a ocupar a tribuna para protestar contra uma possível prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores, com o adiamento das eleições municipais previstas para 15 de novembro próximo.

O deputado Adilson Mota chegou a apresentar à Mesa da Constituinte, e pediu transcrição nos anais, um projeto de lei de sua autoria regulamentando as eleições municipais deste ano. Os seus dois outros colegas protestaram contra o que consideraram uma manobra prorrogacionista que atenta contra os interesses do País.

O deputado José Genoíno do (PT-SP) ocupou a tribuna para registrar, embora

como protesto, o 24º aniversário do movimento militar de 1964, lembrando a existência de pressões militares até hoje na vida política brasileira “a exemplo das pressões e ameaças quando da votação, na semana passada, do presidencialismo e dos cinco anos de mandato presidencial”.

Coube ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encerrar a sessão, ao contar a presença de apenas 59 constituintes.

Ulysses anuncia novo calendário e estuda punições

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, quer implantar o “mutirão da Constituição”, para que o primeiro turno de votações do novo texto constitucional esteja concluído entre 25 e 30 de abril. A EBN conta que, para isso, Ulysses Guimarães acertou o calendário de votações e está examinando medidas punitivas contra os constituintes faltosos.

De acordo com o presidente da Constituinte, em todas as segundas e terças-feiras haverá sessão de votação à tarde, ficando o período da manhã para a reunião de líderes partidários. Nos outros dias úteis da semana — quarta, quinta e sexta-feira —, as votações se desenvolverão tanto na parte da manhã quanto à tarde, com sessões indo até às 22 horas, podendo ser prorrogadas. Ulysses Guimarães irá também convocar sessões alternadas nos finais de semana. Dessa forma, haverá votação no primeiro final de semana após a Semana Santa.

Com esse novo calendário, afirmou o presidente da Constituinte, serão necessárias quarenta sessões para que os constituintes terminem o primeiro turno de votações. Até ontem, ressaltou, foram votados 773 dispositivos — mais da metade do texto constitucional —, restando 1.038 dispositivos para serem apreciados e votados.

Ao fazer um apelo ao comparecimento dos constituintes em plenário, Ulysses classificou os faltosos como “anticonstituintes, demissionários da Constituinte”. Ele lembra que “Constituinte não é um simples título e, sim, uma função” e que “quem não a cumpre está contribuindo para o não-cumprimento do dever da Assembleia. O presidente da Constituinte disse que está examinando com cuidado as propostas que recebeu para garantir o quórum mínimo para as votações dentro do que estabelece o regimento interno e o texto constitucional. Segundo Ulysses Guimarães, a proposta que tem reunido a preferência da maioria, e a mais viável regimentalmente, é a convocação dos suplentes diante de certo número de faltas dos titulares.

Cariocas querem a cassação

por Riomar Trindade do Rio

O eleitor carioca e fluminense puniria com a perda do mandato, se dependesse de sua decisão, os parlamentares pouco assíduos às sessões da Assembleia Nacional Constituinte. E o que revela pesquisa feita ontem, no centro do Rio, pelo Centro Pró-Memória da Constituinte, junto a 719 pessoas. Um total de 491 eleitores votaram pela perda do mandato quando indagados sobre que punição aplicariam aos constituintes que não comparecem freqüentemente às sessões plenárias, enquanto outros 128 manifestaram-se a favor da suspensão por noventa dias, com perda da ajuda de custos. Onze eleitores não aplicariam qualquer punição.

O prestígio dos constituintes cariocas e fluminenses, a julgar pelo resultado da pesquisa, está em declínio junto a seu eleitorado: 458 eleitores afirmaram que não voltariam a votar no candidato que ajudaram a eleger em 1986 e apenas 179 responderam que repetiriam o seu voto. Os eleitores também não estão satisfeitos com a atuação na Constituinte de seus eleitos, pois o levantamento do Centro Pró-Memória computou 402 “não” a essa pergunta e 179 “sim”.